

The logo for CEUB (Centro Universitário de Brasília) features the letters 'CEUB' in a bold, white, sans-serif font. The letter 'B' is stylized with a vertical line through its center, resembling a Greek letter beta.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN 2236-1677

The cover image shows a large, white, seated female statue in the foreground, holding a scroll. In the background, there is a modern building with a glass facade and a tall, white, rectangular tower. The sky is blue with some clouds. The entire cover has a dark red background with a subtle, repeating pattern of stylized floral or scrollwork motifs.

**REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY**

**Repensar a democracia: a hipótese da democracia aleatória revisitada**

**Rethink democracy: the random democracy hypothesis revisited**

Deo Campos Dutra

Eduardo F. de Oliveira Jr.

VOLUME 12 • Nº 2 • AGO • 2022

# Sumário

<b>POLÍTICAS DE PROTEÇÃO A GRUPOS VULNERÁVEIS .....</b>	<b>13</b>
<b>O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA.....</b>	<b>15</b>
Beatriz Souza Costa e Camilla de Freitas Pereira	
<b>“PROGRAMA HOSPEDAGEM PARA IDOSOS” E ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS: UMA ANÁLISE DE POLÍTICA PÚBLICA NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA AGENDA.....</b>	<b>34</b>
Fabiana Rodrigues Barletta e Carolina Silvino de Sá Palmeira	
<b>MULHERES, COTA DE GÊNERO E PODER LEGISLATIVO: UMA ABORDAGEM DAS JUSTIFICATIVAS DO PROJETO DE LEI N.º 1.256/2019 À LUZ DO LIBERALISMO IGUALITÁRIO DE JOHN RAWLS .....</b>	<b>58</b>
Victória Taglialegra Salles, Rainer Bomfim e Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia	
<b>PROTECTION OF PEOPLE LIVING WITH HIV/AIDS IN IRAN: CHALLENGES AND RESPONSIBILITIES .....</b>	<b>74</b>
Arian Petoft e Mahmoud Abbasi	
<b>FACILITADOR INTERCULTURAL SORDO EN SALUD PARA CHILE: ANÁLISIS DE LA AGENDA POLÍTICA A PROPÓSITO DE LA POLÍTICA DE SALUD DE MIGRANTES INTERNACIONALES.....</b>	<b>97</b>
Valeria Campos e Ricardo Cartes-Velásquez	
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E AMBIENTE DIGITAL .....</b>	<b>124</b>
<b>¿UNA SEGUNDA OPORTUNIDAD? PROTECCIÓN DE DATOS PERSONALES Y AUTODETERMINACIÓN INFORMATIVA EN UNA NUEVA CONSTITUCIÓN CHILENA .....</b>	<b>126</b>
Pablo Contreras	
<b>BRECHA DIGITAL Y EXCLUSIÓN SOCIAL: ¿PUEDEN LAS TIC CAMBIAR EL STATUS QUO? .....</b>	<b>151</b>
Andrés Cernadas Ramos, Bran Barral Buceta e Ángela Fernández Da Silva	
<b>CONSTITUCIONALISMO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAIS: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.....</b>	<b>177</b>
José Sérgio da Silva Cristóvam, Raquel Cavalcanti Ramos Machado e Thanderson Pereira de Sousa	
<b>TEMAS DIVERSOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>195</b>
<b>QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: A PERCEPÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS .....</b>	<b>197</b>
Michelle Araújo Luz Cilli, Waldecy Rodrigues e Alex Pizzio	

<b>PROPOSTA DE UM ÍNDICE SÍNTESE PARA O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO</b> .....	<b>214</b>
Andrea Pereira de Freitas e Gustavo Inácio de Moraes	
<b>A FUNÇÃO DO JURISTA NA DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL E O ARGUMENTO DO COST OF RIGHTS</b> .....	<b>234</b>
João Paulo Mansur	
<b>O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL FINLANDÊS E SEU MODELO EDUCACIONAL</b> .....	<b>251</b>
André Augusto P. Brandão e Andrea Bello	
<b>LA TRANSFORMACIÓN SOCIAL EN RELACIÓN A LA POLÍTICA PÚBLICA EDUCATIVA DE LAS ORGANIZACIONES ASOCIATIVAS AGROPECUARIAS</b> .....	<b>270</b>
Jhon Jairo Mosquera Rodas	
<b>DIRETRIZES PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DAS COMPRAS PÚBLICAS</b> .....	<b>288</b>
Ednaldo Silva Ferreira Júnior	
<b>A QUEM SE DESTINAM AS CHAMADAS PÚBLICAS?: OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO</b> .....	<b>308</b>
Raquel Hunger, Flávia Milagres Campos e Susana Moreira Padrão	
<b>BIENES COMUNES URBANOS, DOMINIO PÚBLICO Y AUTONOMÍAS TERRITORIALES: ALGUNAS PROPUESTAS PARA CHILE, A LA LUZ DE LA EXPERIENCIA ITALIANA DE LOS BENI COMUNI</b> .....	<b>327</b>
Benoît Delooz Brochet	
<b>REPENSAR A DEMOCRACIA: A HIPÓTESE DA DEMOCRACIA ALEATÓRIA REVISITADA</b> .....	<b>344</b>
Deo Campos Dutra e Eduardo F. de Oliveira Jr.	
<b>ANÁLISE DO RESP. N.º 975.834/RS: O STJ NA ENCRUZILHADA ENTRE OS DIREITOS DO CONSUMIDOR, SOCIETÁRIO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>364</b>
João Manoel de Lima Junior e Thaíse Zacchi Pimentel	
<b>RELAÇÕES JURÍDICAS DAS FUNDAÇÕES DE APOIO COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, CENTROS DE PESQUISA PÚBLICOS E TERCEIROS: PARCERIAS ESTRATÉGICAS NO MARCO LEGAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b> .....	<b>385</b>
Ricardo Silveira Ribeiro	
<b>A SUSTENTABILIDADE À LUZ DA PERSPECTIVA JURISDICCIONAL “À BRASILEIRA”: UM ESTUDO DE CASO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	<b>408</b>
Francieli lung Izolani, Frederico Thaddeu Pedroso, Jerônimo Siqueira Tybusch e Francielle Benini Agne Tybusch	

<b>APORTES DA ANÁLISE ECONÔMICA NO ESTUDO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E O RISCO DA PROMOÇÃO DESIGUAL DE DIREITOS.....</b>	<b>426</b>
Daniel Castanha de Freitas, Vivian Lopez Valle e Gustavo Martinelli Tanganelli Gazotto	
<b>AVANÇOS NO DEBATE DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: UM OLHAR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA .....</b>	<b>449</b>
Jorge Leal Hanai, Suely de Fátima Ramos Silveira e Nina Rosa da Silveira Cunha	
<b>OUTROS TEMAS .....</b>	<b>476</b>
<b>ASPECTOS GERAIS DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) E PELA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA) .....</b>	<b>478</b>
Antônio Márcio da Cunha Guimarães e Miguel Souza Dantas Neto	
<b>A ESTRUTURA LINGUÍSTICO-DISCURSIVA DO VOTO DO MINISTRO BARROSO NA ADO 26 E NO MI 4733: UMA REFLEXÃO À LUZ DO CONSTITUCIONALISMO DIALÓGICO CONTRA-HEGEMÔNICO...</b>	<b>496</b>
Maria Eugenia Bunchaft	

# Repensar a democracia: a hipótese da democracia aleatória revisitada\*

## Rethink democracy: the random democracy hypothesis revisited

Deo Campos Dutra\*\*

Eduardo F. de Oliveira Jr.\*\*\*

### Resumo

O artigo tem por escopo traçar um panorama preliminar de elementos da democracia hodierna, seus moldes e estruturas representativos, bem como os obstáculos modernos, tais quais a influência e a manipulação da mídia e de todo o campo semiótico — considerando-se o crescimento das notícias falsas; a conversão dos indivíduos em espectadores e consumidores, ao invés de cidadãos, que escolhem representantes na ânsia de não decidirem, e a influência contemporânea do neoliberalismo e do neocolonialismo, como forças políticas modificadoras das formas da democracia e da subjetividade. Nesse cenário, verifica-se, por meio do estudo, se o modelo arcaico da democracia aleatória poderia resolver alguns desses obstáculos, ampliando as possibilidades democráticas. Trata-se de uma pesquisa inicial, baseada no método fenomenológico, usando a análise bibliográfica e documental, com objetivo exploratório.

**Palavras-chave:** democracia aleatória; teoria do direito; sociologia jurídica; filosofia do direito.

### Abstract

The paper aims to provide a preliminary overview of elements of modern democracy, its representative molds and structures, as well as modern obstacles, such as the influence and manipulation of the media and the entire semiotic field - bearing in mind the growth of the fake news; the conversion of individuals into spectators and consumers, instead of citizens, who choose representatives in the anxiety of not deciding, considering the contemporary influence of neoliberalism and neocolonialism, as political forces that modify the forms of democracy and subjectivity. In this scenario, the study will verify whether the archaic model of random democracy could solve some of these obstacles, expanding democratic possibilities. This is an initial research, based on the phenomenological method, using bibliographic and documental analysis, with an exploratory objective.

**Keywords:** random democracy; theory of law; sociology of law; philosophy of law.

\* Recebido em 11/05/2021

Aprovado em 07/02/2022

\*\* Doutor em Direito pela Université Paris Ouest Nanterre la Défense (Paris X) e pela PUC-Rio. Mestre em Ciências Jurídicas pela PUC-Rio. Mestre em Direito Comparado pela Universidade Paris 1 – Pantheon-Sorbonne. Pós-doutorado pela École Normale Supérieure/Paris. Professor e coordenador de pesquisa na Faculdade de Direito Doctum (Juiz de Fora, MG, Brasil). E-mail: deo\_campos@yahoo.com.br

\*\*\* Especialista em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia pela Faculdade São Luís (2018); Bacharel em Direito pela Faculdade Doctum de Juiz de Fora-MG (2017); Advogado e Compositor. E-mail: efojr@outlook.com

# 1 Introdução

Nos últimos séculos, num processo de globalização paulatino, inclusive da política, existiram transmutações do próprio conceito de democracia, largamente universalizado<sup>1</sup>. Se na Grécia do período clássico da Antiguidade, a essência da cidadania era restringida por barreiras de nacionalidade, de gênero e quesitos socioeconômicos, nas revoluções da história, amparados pelo método histórico-dialético, percebemos a metamorfose da democracia, na extinção do voto aberto, na conquista do direito à cidadania pelas mulheres, na supressão do voto censitário por aspectos socioeconômicos, entre outros<sup>2</sup>.

Contudo, com o advento das tecnologias digitais e da amplificação da comunicação, essencial à ciência política, uma vez que, desde o percebido na Antiguidade, a oratória e a capacidade de convencimento pela palavra guardam a mais alta das possibilidades civilizacionais<sup>3</sup>, atingimos uma era de densa modificação nas estruturas básicas da democracia, ou seja, a da manipulação do voto, não pela coação advinda da subordinação, mas pelo uso da tecnologia como instrumento de desinformação, com o emprego de todo um campo semiótico, capaz de modificar e/ou adulterar resultados dos processos democráticos pela disseminação das, já notórias, notícias falsas<sup>4</sup>, que permeiam as considerações da pesquisa como instrumentos *domesticantes*.

Para tanto, verifica-se a influência da concentração do capital, fruto de políticas exploratórias típicas do neoliberalismo e do neocolonialismo, cujo cerne financia a obtenção dos resultados desejados pelas castas dominantes, de modo a manter a *superestrutura* intocada, retroalimentada pela *infraestrutura*<sup>5</sup> que se submete e legitima-a, sujeita aos meios comunicativos digitais, como a propaganda, pela própria vontade de uma cidadania aparente, num ciclo confirmativo do desenho estrutural percebido por Pierre Bourdieu<sup>6</sup>, em que as políticas predatórias se utilizam dos meios — e falhas — da tecnologia da comunicação para exercer o papel manipulador, não pela coerção, mas pela indução.

Essa manutenção *manipuladora* dos caminhos de desenvolvimento de um Estado, preliminarmente, só parece possível em razão de sistemas democráticos representativos, em que, em verdade, o maior estrato social se encontra sub-representado nos Poderes e no exercício das atribuições do Estado, o que é incompatível com a própria democracia encontrada em sua forma originária, pois, desse modo, converte a vida pública em profissão, em que o cidadão, excetuado por raros momentos participativos, está restrito ao papel de espectador de um espetáculo sob o qual não exerce maiores influências, como nos esclarece as pesquisas elaboradas no trabalho de Guy Debórd<sup>7</sup>.

Na essência da democracia, em seu radical grego, a figura do político profissional era impensável, não apenas porque a democracia, em seu âmago, pertence à turba das praças, mas, além, porque as funções equiparadas, ao que modernamente designamos por Estado, revezavam-se entre os cidadãos, de modo aleatório, por breves períodos, em que todos exerciam influência política nos rumos sociais, para além do estardalhaço estéril que hoje se vislumbra na política global, na busca por algum espaço de voz de determinadas camadas,

<sup>1</sup> Sobre o tema: HELD, David. Democracy and Globalization. *Global Governance*, n. 3, p. 251-267, 1997.

<sup>2</sup> Mais detalhes em: DAHL, Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora UNB, 2001; CANFORA, Luciano. *La Democracia: história de uma ideologia*. Barcelona: Critica, 2004.

<sup>3</sup> Trata-se da dupla definição do animal humano, pela ótica aristotélica, enquanto *zôon politikon* e *zôon lógon ékbon*, que distingue o homem grego civilizado dos bárbaros. Os bárbaros dominam pela sujeição e pela violência, enquanto os gregos dominam pelo discurso e pela vida na *pólis*, influenciando-a e conduzindo-a. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 49.

<sup>4</sup> Sobre o tema, indica-se o trabalho de Persily. PERSILY, Nathaniel. The 2016 U.S. election: can democracy survive the internet? *Journal of Democracy*, v. 28, n. 2, p. 63-76, abr. 2017.

<sup>5</sup> Os conceitos de superestrutura e infraestrutura são notados conforme o pensamento de Marx e Engels, em Ideologia Alemã, em convergência com a ideia de sociedade estruturada e estruturante, de Pierre Bourdieu. Contudo, considerando-se o processo de desenvolvimento político-social não apenas pelo prisma econômico. Para uma leitura marxista do Direito, inter-relacionando seu papel com os conceitos aqui abordados, indica-se: COLLINS, Hugh. *Marxism and Law*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito*. Buenos Aires: Montessor, 2002.

<sup>7</sup> DEBÓRD, Guy. *The society of the spectacle*. Nova Iorque: Zone Books, 1995.

facilmente suprimidas pela política das castas representativas, majoritariamente determinada pelo poderio econômico, que determina a comunicação, a propaganda e o (*con*)senso comum.

Havendo, no cenário global, tão forte influência do capital sobre os meios digitais de comunicação, que especulam o modo comportamental da ação política, num sistema representativo democrático, de aparência democrática, mas subordinado às forças externas<sup>8</sup>, seria possível transpassar tais barreiras que obstam a democracia, em sua plenitude, por um modelo democrático aleatório? Esse sistema seria capaz de melhor representar as parcelas da população, nesse contexto, sem as vicissitudes neoliberais que se contrapõem aos direitos humanos, fundamentais e sociais, apresentando indícios mínimos para a consideração de sua implementação em teste?<sup>9</sup>

Em busca de debater a questão, elencam-se, em primeiro momento deste trabalho, aspectos recorrentes das democracias nos moldes mais usualmente encontrados modernamente, sua sujeição à estruturação e reestruturação em ciclo, a sujeição dos meios às forças de domínio do capital e dos processos de colonialismo, influências do *lobby* e outros elementos que deságuam no eleitor convertido em espectador da democracia, bem como na crise de representatividade e insatisfação verificada nas democracias em seu modelo representativo.

Num segundo momento, pretende-se uma análise de características da democracia aleatória e seu legado desde a noção arcaica ateniense, buscando elementos indicativos de compleição bastante a servir como instrumento, de modo auxiliar ou autônomo, de amplificação democrática, elencando as hipóteses de questões que podem sanar ou causar, cogitativamente, sempre que possível.

Esse percurso, evidentemente, não pretende exaurir o tema. Tampouco pretendemos definir, desde já, uma adesão entre este ou aquele modelo. Nosso intuito principal é, substancialmente, iniciar um debate que, em que pese extremamente relevante, ainda é pouco elaborado no campo do direito. Na investigação a respeito dessa questão, adota-se o método fenomenológico, por análise bibliográfica e documental, com objetivo exploratório, visando elucidar os indicativos mínimos que possam fundar estudo empírico futuro.

## 2 Democracia representativa eleitoral e os seus óbices contemporâneos

Que as democracias contemporâneas estão em colapso — ou em vias de tal — não somente é uma questão já percebida há muito, mas também largamente debatida<sup>10</sup>. Paradoxalmente à expansão de regimes democráticos no mundo nas últimas décadas<sup>11</sup>, e crescente aceitação de tal modelo, estes se espalham

<sup>8</sup> Sobre as contradições entre democracia e capitalismo: STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 92, p. 35-56, 2012.

<sup>9</sup> É importante ressaltar, desde já, que compreendemos a complexidade do fenômeno do neoliberalismo, hoje entendido para além da sua feição caracterizada como sistema econômico. Entendemos que o neoliberalismo é capaz de atuar como verdadeira fábrica de um novo tipo de sujeito, o neoliberal, e revela “uma condição nova do homem, a qual, para alguns, afetaria a própria economia psíquica.” Essa alteração profunda da subjetividade humana impacta seriamente os tópicos analisados neste trabalho, mas não será aqui abordada em razão dos limites da problemática proposta, devendo ser pensada como um risco sistêmico em com qualquer modelo democrático. LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 321.

<sup>10</sup> Seria impossível listar todos os estudos sobre a democracia. Calha-nos a classificação ampla de Dahl, entendendo-os em três grandes grupos, sendo o primeiro composto por aqueles que se contrapõem à própria essência democrática, tal qual Platão, pois, em sendo viável é, ela, antes, indesejável. Num segundo grupo, os autores que acreditam que o modelo é recomendável, mas pragmaticamente impossível e, por fim; um terceiro grupo, favorável à ideia da democracia e sua manutenção, mas que traçam suas críticas construtivas sob os pontos falhos, visando melhorias no modelo. Os dois primeiros grupos, Dahl classifica como críticos de oposição, enquanto o terceiro como críticos favoráveis. DAHL, Robert. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 3.

<sup>11</sup> DESILVER, D. Despite global concerns about democracy, more than half of countries are democratic. *Pew Research Center*, 2017. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/05/14/more-than-half-of-countries-are-democratic/> Acesso em: 16 set. 2021.

baseados nos moldes do pensamento dos centros coloniais, tal qual o desenho de Dussel<sup>12</sup>, sujeitando-se às críticas ao universalismo europeu, e também de outros centros coloniais, não considerando as características político-culturais idiossincráticas da periferia do globo, ao Sul, tal qual traçado por Wallerstein<sup>13</sup>. Da mesma maneira, partem de premissas datadas do iluminismo, o que podem indicar fundamentos, tanto para as instabilidades democráticas no Sul quanto para a insatisfação de cidadãos com a democracia, crescente, conforme amostragem do Bennet Institute<sup>14</sup>. Nesse sentido, como intrigante sintoma desse fenômeno se revela no contexto corrente, globalizado e *superficializado* pelas teias de inteligência artificial, com predomínio da comunicação digital?

Para partir em busca da compreensão de tal questão, de modo a verificar no campo teórico a problemática suscitada, é preciso conceber que o referencial teórico é analisado pelo modo como o fenômeno da democracia se revela em diferentes contextos e percepções. Para uma melhor compreensão, pensemos, alegoricamente, considerando os autores enquanto antenas captando diferentes frequências de hertz do mesmo fonograma — a democracia —, preponderando a sujeição das amostras às distorções pelo isolamento, tal qual acontece na física ondulatória, isto é, alguns percebem as frequências baixas, abaixo dos 250 Hz, outros, as médias, na casa dos 650 Hz, outros, ainda, as médias altas, acima dos 2 kHz.

Por esse entendimento, pode-se, igualmente, oscilar entres as frequências perceptivas, ou interpretá-las com parcial incorreção, ou distorção da amostra, sem comprometer a contribuição científica. Para uma perfeita ruptura do *véu de Maya* e alcance da cognição plena, faz-se necessário ouvir todas as frequências juntas, porém, dada a impossibilidade humana para tal feito, pretendemos reunir as frequências que, enquanto revolucionárias, revelam-se às nossas antenas, no maior espectro possível, em busca de perceber as maiores faixas de hertz possível, nesse contexto, de globalização, domínio da comunicação digital, sujeito ao neoliberalismo e neocolonialismo, com ênfase no contexto latino-americano, com mirar pós-colonial. Mantenhamos essa metáfora em mente.

Como grande parte dos fenômenos sociais, a fratura funcional do modelo democrático<sup>15</sup> se revela à cognição enquanto um fenômeno multifacetado. Dentre outros aspectos, podemos, preliminarmente, enumerar como causas colaborativas desse colapso uma mentalidade construída no individual social de “*decidir para não decidir*”, ou seja, a conversão em massa de cidadãos em espectadores, vertidos ao “*não pensar*”; num segundo prisma, o controle da comunicação e propaganda, termos que, no campo pragmático, imbricam-se de tal sorte que aqueles que exercem domínio dos meios de comunicação conseguem perpetrar seus ideários — fundados em fatos ou ficções — de modo a exercer controle, também, sobre as faculdades individuais em termos políticos, sociais e psíquicos, influenciando, inclusive, os aspectos do mundo físico, como a estética.

Para além dessas duas primeiras peças desse quebra-cabeça do declínio da democracia, outro ponto que devemos observar é a ascensão do populismo, especialmente enquanto pretensa resposta à ineficiência do Estado, corroborando o terreno psíquico, refletindo-se no plano físico, para as rupturas democráticas, especialmente quando configuradas na insuflação de um inimigo, no palanque oposto, numa política de facções<sup>16</sup>, em que a representação dos interesses comuns é substituída por aqueles que nem sempre se revelam

<sup>12</sup> DUSSEL, E. D. *Filosofia da libertação na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977.

<sup>13</sup> WALLERSTEIN, I. M. *Universalismo europeu: el discurso del poder*. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

<sup>14</sup> CENTRE FOR THE FUTURE OF DEMOCRACY. *Global Satisfaction with Democracy 2020*. 2020. Disponível em: [https://www.cam.ac.uk/system/files/report2020\\_003.pdf](https://www.cam.ac.uk/system/files/report2020_003.pdf) Acesso em: 16 set. 2020.

<sup>15</sup> E, para um panorama dos muitos modelos potenciais de democracia, recomenda-se a leitura de HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987. Com ênfase nos gráficos do modelo por sorteio ateniense, para melhor compreensão. Também, acerca dos modelos hodiernamente aplicados no globo, indica-se: AREND, Lijphart. *Patterns of democracy: government forms and performance in thirty-six countries*. New Haven: Yale Press University, 1999. Ainda que, em contexto anterior à propagação das novas mídias digitais, onde é possível encontrar, na obra de Held, inclusive as proposições de Rousseau acerca da possibilidade de sorteio, igualmente pensada em contexto anterior à ascensão da era digital global que, porém, podem de algum modo corroborar à compreensão e crítica do presente estudo.

<sup>16</sup> Salienta-se que a oposição é elemento fundamental do jogo democrático, o que se aponta enquanto indicativo do declínio democrático é a insuflação da força política opositiva como inimigo no campo imaginário coletivo. Numa aperfeiçoada democracia,



à consciência, na manutenção do modelo, enquanto um processo linear, sujeito aos interesses privados em detrimento dos públicos. Como última faceta, que analisaremos preliminarmente, revela-se a determinação do capital e a influência do neoliberalismo e neocolonialismo, enquanto controladora dos fenômenos anteriores, uma vez considerando a disparidade da força econômica.

Acerca do primeiro aspecto, entre os plurais feixes fenomenológicos apontados, Chomsky<sup>17</sup> relata a percepção de Lippmann<sup>18</sup>, em relação à alteração da arte e da democracia, denominada como “*construir o consenso*”, assentada em um pensamento liberal, pelo emprego das ferramentas de comunicação, como a propaganda e a mídia. Por tal meio, divide-se a população entre uma casta minoritária que exerce o domínio político, social, cultural e ideológico; e outra, majoritária, cujo papel social é de mero espectador da política, transferindo o poder de exercício da cidadania para um líder. Nesse ponto, podemos verificar a estreita ligação entre uso da comunicação como ferramenta de manipulação de um consenso e a construção do cultivo da figura pessoal de um líder, enquanto os assuntos comunais são olvidados pelo “rebanho desorientado”, alheio.

O contexto do qual Chomsky<sup>19</sup> escreve é dos fins da década de 1990, em que o domínio da mídia se dava, sobretudo, pela imprensa tradicional, televisão e cinema, quando a Internet começava a se popularizar e seu alcance era, ainda, imprevisível. No contexto hodierno, podemos apurar que essa tecnologia amplificou e acelerou o alcance e os efeitos da comunicação<sup>20</sup>, também no sentido de produção artificial do consenso das massas.

Trinta anos antes, contudo, quando os televisores começavam se popularizar, num cenário de reestruturação da Europa pós Segunda Guerra, em 1967, Guy Debórd<sup>21</sup> apresentou suas formulações sobre as relações sociais interpessoais intermediadas por imagens — porquanto, a estas suscetíveis —, sendo esta sua definição de espetáculo. Este, ainda, enquanto algo que é a própria sociedade, no mesmo passo que é parte dela — contém e está contido —, como instrumento de unificação social<sup>22</sup>, na predileção pela imagem projetada da realidade, em detrimento da realidade em si, um mecanismo de negação, culminando na percepção de que aqueles que controlam as imagens dominam as massas dessa sociedade *espetacularizada*<sup>23</sup>.

Na sociedade do espetáculo, tal qual como a encontramos no século XXI, não é absurdo tomar as lições de Umberto Eco<sup>24</sup>, e compreender que, muito além das imagens, esse intermédio se dá no campo, tanto dos

---

é mais justo o termo oposições, o mais plural possível. Sobre o tema: PALMEIRA, Moacir; HERADIA, Beatriz M. Alasia. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.

<sup>17</sup> CHOMSKY, Noam. *Media control: the spectacular achievements of propaganda*. Nova Iorque: Seven Stories Press, 1997. p. 11-12.

<sup>18</sup> É sobre as teorias de Walter Lippmann que se constituiu agenda neoliberal, afastando-se do *laissez-faire* do liberalismo clássico, com vistas à manutenção do estabelecimento político por outras ferramentas de controle, como a propaganda, de modo a manter o maior estrato social apartado das decisões, afunilando em formato piramidal o poder, num cenário onde Estado e grupos sociais são enfraquecidos, de modo a satisfazer os interesses do capital. LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 71-100.

<sup>19</sup> CHOMSKY, Noam. *Media control: the spectacular achievements of propaganda*. Nova Iorque: Seven Stories Press, 1997.

<sup>20</sup> Analisando os efeitos e o alcance das tecnologias digitais de comunicação, Derick de Kerckhove contribui para esse entendimento KERCKHOVE, Derick. Da democracia à ciberdemocracia. In: DI FELICE, Massimo (org.). *Do público para as redes*. São Caetano do Sul: Difusão, 2008. p. 127.

<sup>21</sup> DEBÓRD, Guy. *The society of the spectacle*. Nova Iorque: Zone Books, 1995.

<sup>22</sup> Consideremos que, tanto a ideia de unificação como a de verticalização, tão evidentes nos Estados, mesmo sobre a órbita democrática, é, conforme a lição da antropologia, estranha aos povos originários periféricos, típicas do centro colonizador. Conforme Clastres, entre os povos indígenas, havia uma luta contra essa unificação e verticalização sob a qual o Estado se funda. CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. p. 132-152; Essa obsessão com unificação se mostra inexistente no contexto africano, conforme a análise de Evans-Pritchard sobre os Nuer, em que o sistema político é, ao oposto de centrífugo, segmentado e opositivo, havendo junções em razão das circunstâncias. Cf. EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 154. De tal sorte, a percepção do uso da unificação como ferramenta de normalização e controle social, tal qual apurado por Foucault parece a mais acertada nesse contexto. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

<sup>23</sup> Essa temática, aliás, em sentido convergente ao apurado por Debórd, é notável no filme clássico de Orson Welles, Cidadão Kane, de 1941.

<sup>24</sup> ECO, Umberto. *Tratado de semiótica general*. Barcelona: Lúmen, 2000. p. 18-19.

signos, daquilo que se revela à consciência de modo a ser significado, como no campo da comunicação, ou seja, como os signos são produzidos de modo a produzir significados, capazes de “produzir fisicamente expressões e diferentes fins práticos”. Assim, as intermediações não se dão exclusivamente por imagens, mas também por sons, gestos, formas e tudo que se revela aos sentidos e que possuem significados atribuídos num contexto, entendendo-se o objetivo e os fins almejados desde sua fabricação<sup>25</sup>.

Com a expansão contínua da Internet e das mídias sociais, a magnitude dessa exposição e intermediação por signos nos atinge com cada vez mais velocidade, onde quer que se esteja e, sendo os signos sujeitos à significação da consciência, é cada vez mais complexo perceber o campo da comunicação, desatrelado do signo percebido, revelando à percepção o objetivo daquela forma de linguagem para além da significação.

É nesse campo que se desenvolve a propaganda, que há sempre de ser objeto de estudo das ciências sociais aplicadas. Quando Chomsky<sup>26</sup> diz que: “a propaganda política está para uma democracia assim como o porrete está para um Estado totalitário.”, descerra o modo especulativo da comunicação social com vistas a determinar os rumos sociais, sendo a democracia suscetível, formando-se as bases para a dita “construção do consenso”, que afasta a capacidade de pensar e de agir, tornando o maior estrato social inerte<sup>27</sup>.

Essa ideia de um campo de significados, com o escopo de fabricar um consenso e unidade, é um fenômeno já visto, em outras vestes, com a potencialidade de romper com tradições democráticas, como percebido por Hannah Arendt no uso da propaganda<sup>28</sup> como ferramenta de sectarismo social, de construção do consenso, ou melhor, do senso comum. Empregando técnicas de fácil memorização, o objetivo final não é outro senão a inflexão da capacidade de autodeterminação do campo perceptivo, de modo que aquilo que o indivíduo necessita para viver em sociedade já lhe foi entregue por jargões, bastando a repetição do previamente pensado, num processo que ruína a via pública, da democracia representativa, como fizera com a República de Weimar, culminando com a democrática escolha ao totalitarismo, não inédita ou única na história, ainda que as bases constitucionais jamais fossem revogadas.

Complementa e culmina esse processo o fenômeno percebido por Slavoj Žižek, de cidadãos esvaziados. Postos na condição passiva, enquanto sujeitos que não objetivam decidir, apenas mantêm a aparência de que decidem, dado que a vontade, na democracia representativa, tem, em seu âmago, um processo de sujeição e transferência de poder que transforma a “vontade em não vontade”, e a passa para alguém que a exerce em seu nome. Em suma, sob a aparência de que decide, o sujeito aguarda, passivamente, que o representante decida por ele<sup>29</sup>.

Em nosso século, onde encontramos a intermediação pelo campo da significação elevado à potência dilacerante da tecnologia, numa escala geométrica, observamos a amplificação da capacidade de processamento de dados, por fórmulas irresolúveis pela capacidade humana<sup>30</sup> que propiciam ao campo comunicativo, na fabricação dos signos significáveis, uma adequação a quem interpretará cada forma de linguagem.

<sup>25</sup> Também sobre o tema: BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1971.

<sup>26</sup> CHOMSKY, Noam. *Media control: the spectacular achievements of propaganda*. Nova Iorque: Seven Stories Press, 1997. p. 16.

<sup>27</sup> Importante apontar que o fato de os cidadãos comparecerem às urnas regularmente para eleições não lhes remove a condição de passividade, apenas atendendo ao estímulo da comunicação e propaganda, tal qual, paradigmaticamente, um consumidor atende às ofertas veiculadas na mídia em ocasiões como um “*black Friday*”, ou a “*fan-meetings*”, com artistas, sem possuir mecanismo efetivo de influência nos parâmetros, programas e políticas, posto, majoritariamente, na condição passiva com aquele espasmo eleitoral que legitima as democracias modernas, retornando ao estado inerte e de consumidor-espectador, conforme verificado em Chomsky e Debórd.

<sup>28</sup> Hannah Arendt analisava, especificamente, a propaganda num contexto de ascensão totalitária que, muito embora seja um regime com características absolutamente próprias, num cenário democrático, como era a, então, analisada República de Weimar, dos anos de 1930, minam a capacidade da representação política, num processo de divisão entre a capacidade de pensar e a faculdade de agir. É nesse ponto que converge para a formação de um consenso e divisão de uma casta dominante politicamente e outra passiva, na condição de rebanho. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 23-28.

<sup>29</sup> ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 115.

<sup>30</sup> LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 36.

É nesse campo que se desenrola um dos mais complexos dilemas das democracias na modernidade social intermediada pelos signos, em especial digitalmente veiculados: os falsos signos, ou as notícias falsas, que inculcam opiniões na massa de modo a determinar os resultados dos processos eleitorais.

No contexto de mídias comunicativas digitais diretas, como comunicadores, que possibilitam esquemas de compartilhamento de mensagens em moldes piramidais<sup>31</sup>, Nathaniel Persily<sup>32</sup> evidencia como a análise de dados pessoais nas redes sociais permite uma adequação da linguagem, identificando os pontos mais suscetíveis de um estrato social.

Quando expostos às notícias falsas, são preponderantes, por exemplo, aspectos como a velocidade de propagação sem contradição, a quantidade de indivíduos alcançados e a propensão à crença na imagem, enquanto linguagem, ignorando a realidade, propositalmente ocultada do campo de significação. É sob essa influência que os mais recentes processos eleitorais se deram e onde a democracia representativa se vê desfigurada.

Ainda que se verifique a potencialidade da checagem de fatos e a capacidade de grupos digitalmente alfabetizados, ou, com maior hábito com as ferramentas digitais e canais de propagação de falsas significações, distinguir a realidade<sup>33</sup>, é importante considerar que, mesmo os sistemas de verificação de informações se submetem a ferramentas de interpretação da realidade muitas vezes baseadas em noções coloniais, desde a universalização de conceitos, ideia e métodos do centro colonial, quando pensado no contexto do Sul, conforme verificado em Wallerstein<sup>34</sup> e Dussel<sup>35</sup>, bem como, se submetem ao ciclo estruturado e estruturante das estruturas sociais.<sup>36</sup>

Arendt<sup>37</sup> explicita os moldes traçados pelo autor tcheco Pavel Kohout, no período posterior à Primavera de Praga, abordando a definição de “cidadão livre”, enquanto um “cidadão co-governante”, no modelo da democracia participativa, muito falado naqueles fins dos anos de 1960 e, posteriormente, com seu conceito largamente difundido no Ocidente. Contudo, considerando os avanços tecnológicos do tempo, décadas antes do advento das comunicações digitais, Kohout observou o risco da transformação do ser humano em um animal domesticado, regido por uma elite, subordinada aos conselhos de assessores intelectuais e *think tanks*, na posição de pensadores, e crendo que computadores são capazes de pensar.

Talvez as antenas de percepção fenomenológica dos autores já previssem, quase meio século antes, o que nos alcança em nossa realidade, de óbice aos modelos de democracia participativa e eleitoral, com a influência da linguagem domesticando o pensar e agir, enquanto *ζῶον πολιτικόν*, com o alcance dessas intermediações sociais amplificadas pela tecnologia e ferramentas de alteração da realidade, desenhadas sob medida, de modo a controlar cada indivíduo com toda sua idiossincrasia.

Reybrouck<sup>38</sup> evidencia outros fenômenos obstante dos modelos democráticos que nos alcançam, ao apontar que, de acordo com pesquisas em escala internacional, há um entusiasmo e confiança de o modelo democrático ser a melhor maneira de se conduzir um país, embora haja verificável desconfiança com o modelo. O autor exemplifica a desilusão percebida em vários países do antigo bloco soviético, bem como a “Primavera Árabe”, que, a despeito da experiência eleitoral vivenciada em países como Tunísia e Egito,

<sup>31</sup> A exemplo das aplicações como WhatsApp, Telegram, Line, etc., em que o alcance é irrastrável e, por isso, incontrolável a propagação.

<sup>32</sup> PERSILY, Nathaniel. The 2016 U.S. election: can democracy survive the internet? *Journal of Democracy*, v. 28, n. 2, p. 63-76, abr. 2017. p. 70.

<sup>33</sup> GUESS, A. M. *et al.* A digital media literacy intervention increases discernment between mainstream and false news in the United States and India. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 117, n. 27, p. 15536-15545, jul. 2020.

<sup>34</sup> WALLERSTEIN, I. M. *Universalismo europeu: el discurso del poder*. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

<sup>35</sup> DUSSEL, E. D. *Filosofia da libertação na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977.

<sup>36</sup> BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito*. Buenos Aires: Montessor, 2002.

<sup>37</sup> ARENDT, Hannah. *On violence*. Nova Iorque: Harvest/HBJ Book, 1970. p. 28.

<sup>38</sup> VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016

apresentou um lado sombrio do sistema. Nessa lógica, a apatia, ou aquela “vontade em não vontade”, que diz Žižek, para Reybrouck<sup>39</sup>, é resultante da individualização e consumismo<sup>40</sup>.

Reybrouck<sup>41</sup> aponta o fator contemporâneo da democracia representativa, uma vez exposta à fadiga, culmina em outro fenômeno, com a aparição do populismo e figuras políticas que, imiscuídas do senso comum mais raso, apontam a classe política como parasitária e carreirista, apresentando-se como uma alternativa. Esse clássico populismo, para Reybrouck<sup>42</sup>, personifica-se em figuras como Silvio Berlusconi, Marine Le Pen, Nigel Farage e Donald Trump, ou, ainda, em partidos eivados desse populismo nocivo à noção de democracia, como o húngaro Jobbik e o Golden Dawn, da Grécia.<sup>43</sup>

Essa noção de populismo, em uma figura política, caminha em sentido convergente à concepção do demagogo<sup>44</sup> em Max Weber<sup>45</sup>, ou seja, um culto pessoal, de modo não derivado da lei ou de tradição. Esse culto, contudo, quando é analisado no contexto moderno, é um reconhecimento a uma imagem representativa de uma realidade emulada no coletivo pela aproximação, apontando, justamente, essa sub-representação de estratos sociais no sistema representativo, clamando serem as vozes das pessoas comuns.<sup>46</sup>

Weber<sup>47</sup>, ainda, aponta que, ao passo que a população, em geral, no mais amplo senso comum, tende ao culto do demagogo — o que por si já compromete a noção da democracia representativa, num sentido de decidir para não decidir —, por outro lado, as elites tendem à atribuição do poder por uma ideia de mérito, numa concepção de que o poder deve ser exercido pelos especialistas daquela área. É o que autor denomina como *Tecnocracia*<sup>48</sup>.

Em nenhum dos dois casos, escapa da lógica da suscetibilidade das relações sociais à intermediação e manipulação pelo campo das significações das imagens que intermeiam as relações sociais, ou de uma “construção do consenso”, dividindo as castas dos que decidem e dos que são enredados, como visto em Chomsky e Debórd.

Outro fenômeno gerador de obstáculos pode ser encontrado em Bobbio<sup>49</sup>, não considerando a estruturação das democracias que nos alcançam de modo linear, mas por revoluções<sup>50</sup>, apontando a essência individualista, não orgânica, da formação da sociedade e do Estado, enquanto um artífice da vontade, balizado sob os pilares do contratualismo, garantindo vida, liberdade e a propriedade, bem como, com a substituição do *zōon politikon*, aristotélico, pelo *homo economicus*, no surgimento da economia política fisiocrata, com ên-

<sup>39</sup> VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

<sup>40</sup> Sobre o fenômeno da alteração de subjetividade do homem contemporâneo que se aproxima das elaborações do autor, sugere-se o capítulo “o homem empresarial”. LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 133.

<sup>41</sup> VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

<sup>42</sup> VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

<sup>43</sup> Para uma análise acurada sobre o fenômeno do desgaste democrático e suas relações com o populismo: LEVITSKY, Steven; ZIBLAT, Daniel. *Como as democracias morrem*. São Paulo: Zahar, 2018; PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. São Paulo: Zahar, 2019.

<sup>44</sup> É importante gizarr que o termo passou por diversas transformações através dos tempos. Em princípio não possuía nenhuma natureza pejorativa, como ressalta Max Weber, sendo um adjetivo atribuído ao indivíduo capaz de conduzir o povo, como, antes, fora designado Péricles. Contudo, a noção de condução do povo é, pela lógica, incompatível com a ideia de um cidadão co-governante. WEBER, Max. A política como vocação. In: WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2013.

<sup>45</sup> WEBER, Max. A política como vocação. In: WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2013. p. 58.

<sup>46</sup> VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

<sup>47</sup> WEBER, Max. A política como vocação. In: WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2013.

<sup>48</sup> Para outra interpretação da construção weberiana: FAORO, Raimundo. *Tecnocracia e política*. *Revista da Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 149-163, jul./set. 1973. Para uma interpretação da Obra de Weber: COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

<sup>49</sup> BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 22-24.

<sup>50</sup> Conforme Robert Dahl: “o que entendemos por democracia não é a mesma coisa que um ateniense no tempo de Péricles entenderia. As noções grega, romana, medieval e renascentista mesclam-se com as noções de séculos posteriores e geram uma miscelânea de teorias e práticas quase sempre profundamente incompatíveis entre si.” DAHL, Robert. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 3.

fase nas teorias liberais clássicas de Adam Smith, conjuminado, por fim, com o utilitarismo quantitativo de Bentham<sup>51</sup>.

O autor aponta, entre as primeiras revoluções das características democráticas, a sobreposição do indivíduo, enquanto um arquétipo de coesão e unidade, pela fragmentação e perda da autonomia pelo desmembramento em grupos em razão de classe profissional, social ou ideologia política.<sup>52</sup>

Contudo, é por outra revolução que atingimos o modelo democrático, tal qual conhecemos, não mais direto, com cidadãos ativos e executores das funções públicas, mas restritos à representação. Bobbio<sup>53</sup> aponta para a contradição essencial e a perda da essência pública pelo interesse privado pela equivocada mistura da ideia de representação particular com a representação política.

Nessa mistura, a capacidade de ação política do cidadão é mitigada ao ponto de restringir-se aos momentos eleitorais, sem maiores influências sobre os demais períodos, em que as decisões atendem, antes, aos interesses do mandatário, ao *lobby* político pela força determinante do capital, entre outras forças no tabuleiro político que resultam numa sub-representação da população, encadeada, especialmente quando se considerando os desafios, típicos das democracias eleitorais, referentes aos financiamentos de campanha, que podem — e frequentemente assinalam nesse sentido — tomar de assalto as legislaturas que conquistam, no interesse privado e não público.<sup>54</sup>

Para Wendy Brown<sup>55</sup>, ao longo do século XX, desenvolveu-se um novo modelo, sob as bases do liberalismo clássico, outrora apontado por Bobbio<sup>56</sup> como um dos pilares do modelo democrático que conhecemos na contemporaneidade, com a solidificação do ideário neoliberal, baseado na concepção de emancipação do indivíduo pelo desenraizamento e vulnerabilidade destes, de modo a torná-los, não cidadãos, plenos, mas consumidores e eleitores.

Brown<sup>57</sup> entende que o incentivo à competição econômica entre os sujeitos, prontos aos sacrifícios em prol de uma mentalidade dirigida a salvar a nação, culmina num Estado enfraquecido, mitigando os agrupamentos sociais, incapazes de coibir a sanha do mercado financeiro e do domínio flexibilizador do capital, cada vez mais volátil e concentrado no topo de uma pirâmide.

Essa ideia da conversão do cidadão co-governante em mero espectador, por parte dos movimentos econômicos neoliberais, dialoga com o fenômeno percebido tanto no campo da comunicação como naquele percebido por Reybrouck<sup>58</sup>, do processo de individualização do coletivo e apelo ao consumismo, culminando na apatia e na alteração de todo campo das relações interpessoais que, por sua vez, passam a ser mediadas pelas projeções dos mais variados campos da semiótica, fundado sobre as bases neoliberais, refletindo as escolhas pessoais, como educação, relacionamentos afetivos etc., enquanto *investimentos*, em razão do *custo-benefício*. Todo campo da linguagem é alterado e altera a capacidade de ação do *self*, a partir desse momento individualizado, enfraquecido, e vertido ao consumo<sup>59</sup>.

<sup>51</sup> Para uma genealogia crítica do termo: READ, Jason. A genealogy of homo-economicus: neoliberalism and the production of subjectivity. *Foucault Studies*, n. 6, p. 25-36, fev. 2009. Disponível em: <https://rauli.cbs.dk/index.php/foucault-studies/article/view/2465>. Acesso em: 29 maio 2020.

<sup>52</sup> BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 23.

<sup>53</sup> BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 24.

<sup>54</sup> NUNES, Felipe; ANASTASIA, Fátima. A reforma da representação. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 78.

<sup>55</sup> BROWN, Wendy. *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro: Zazie, 2018. p. 8-12.

<sup>56</sup> BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>57</sup> BROWN, Wendy. *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro: Zazie, 2018.

<sup>58</sup> VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

<sup>59</sup> Para uma importante contribuição para a compreensão do sentido do termo *Self*, indica-se: TAYLOR, Charles. *As fontes do "self": a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.

É, portanto, no contexto da contemporaneidade, inegável a esmagadora força determinante do capital sobre os movimentos de crise e, até mesmo, ruptura democrática<sup>60</sup>, principalmente, sobre a não fidedigna representação da vontade popular, que dá azo ao populismo demagógico e que transforma a democracia em uma contradição, não como forma de governo, mas enquanto forma de domínio.

Assim, se tomarmos por base as premissas fenomenológicas, o que assola a democracia são uma série de fenômenos interdependentes, como a comunicação *domesticadora*, a segmentação do poder em duas castas, a apatia política pelo abismo da vontade em não vontade e a fragmentação do coletivo, transformado o cidadão em consumidor e espectador, em estado de apatia.

Por outro lado, considerando-se o materialismo histórico e dialético, percebe-se o fenômeno do domínio do neoliberalismo e do capital, que influencia a estrutura nos campos vistos, como fonte dos demais fenômenos, forçando as democracias modernas à condição de redução de direitos sociais e do próprio Estado, inclusive das noções garantistas de direitos mínimos, de modo a dividir as castas, enfraquecer a participação social e concentrar o poder político numa pirâmide. De todo modo, se confirma um movimento cíclico de estrutura, condenada, qual Sísifo, à reprodução, tal qual percebido em Pierre Bourdieu.<sup>61</sup>

### 3 Democracia aleatória: uma possibilidade?

Ao buscarmos nas raízes do sistema político ateniense, encontramos, em Aristóteles<sup>62</sup>, a descrição do uso de sorteios para ocupação do poder como forma democrática. Em verdade, Aristóteles tentava expressar um modelo político capaz de absorver as melhores características da oligarquia e da democracia<sup>63</sup>.

Reybrouck<sup>64</sup> analisando a democracia ateniense da antiguidade<sup>65</sup>, aponta essas duas naturezas, uma pela eleição de um representante, na *ágora*, e outra fase do exercício do poder pela participação direta dos cidadãos, nos limites do termo, ao tempo, em três órgãos de maior relevo: a Assembleia Pública, composta por cerca de 6.000 cidadãos, aberta a todos eles, com a função principal de votar leis; o Conselho dos 500, composto de 500 cidadãos, escolhidos aleatoriamente por sorteio, com atribuições de desenvolver os normativos, organizar as assembleias do povo, controlar a magistratura e atuar na diplomacia. Por fim, continua o autor, a Corte do Povo, com cerca de 6.000 membros, escolhidos por sorteio, havendo uma “*loteria*” a cada manhã, entre os presentes, para a escolha de quem conduziria os casos do dia, com funções de prolatar sentenças e controlar a legalidade das decisões da assembleia do povo.<sup>66</sup>

O autor assevera que, no nosso modelo democrático ocidental, uma situação similar somente ocorre no tribunal do júri, por sorteio aleatório, apontando para uma *oligarquização* da democracia, inclusive no Poder Judiciário, por meio da magistratura. Essa loteria do poder, ou sorteio, conforme Reybrouck — em relação às análises das falas de Verdin<sup>67</sup> — tinha por escopo a “*eliminação da influência pessoal*”, com período transitório de um ano, insuscetível de reeleição, com trocas de posições tão frequentes quanto possíveis, de modo a atingir o maior grau de participação possível.

<sup>60</sup> Para uma análise da ruptura democrática experimentada na contemporaneidade: CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

<sup>61</sup> BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito*. Buenos Aires: Montessor, 2002. p. 107.

<sup>62</sup> ARISTÓTELES. *A Política*. Belo Horizonte: Vega, 1998. p. 80. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/549/o/2014Aristoteles\\_Politica\\_-1.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/549/o/2014Aristoteles_Politica_-1.pdf). Acesso em: 7 maio 2020.

<sup>63</sup> Para uma leitura do legado grego na Política: FINLEY, M. I. (org). *O legado da Grécia*. Brasília: Editora UNB, 1998.

<sup>64</sup> VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

<sup>65</sup> Entre o período de 463 a.C. e 322 a. C. VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

<sup>66</sup> VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

<sup>67</sup> VERDIN apud VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

Vislumbra-se, então, conforme dito por Reybrouck<sup>68</sup>, o quanto as proposições nesse sentido não são exatamente novas:

in the Roman Republic, several traces were to be found of the Athenian system of selection by lot, but it fell into disuse in the imperial period. Only with the rise of the northern Italian city states in the Middle Ages did the procedure come back into vogue. In Bologna (1245), Vicenza (1264), Novara (1287) and Pisa (1307), we see early examples, but the great Renaissance cities of Venice (1268) and Florence (1328) are the best documented.

O mesmo autor, contudo, destaca um movimento de *recaptação* dos modelos passados, curiosos com o leque de possibilidades despertados com tais pensamentos, como na obra de Bernard Manin<sup>69</sup>, indicando, ainda, que os significados de democracia e eleições podem ou não ser conexos.

Essas *ressignificações* da ideia de democracia aleatória surgem visando diferentes possibilidades, desde a ânsia por isonomia, expansão da participação, redução de conflitos entre facções políticas e contenção dos monopólios políticos, especialmente se pensarmos em cenários em que representantes não possuem traços dos representados (sociais, étnicos, econômicos e identitários).

Com efeito, vislumbra-se um potencial de isonomia quando se analisa, especificamente, o caso brasileiro, em que, de acordo com os dados do IBGE, a maior parte da população é parda, representando 46,7% das pessoas<sup>70</sup> e, numa contramão excludente, 75% dos Deputados Federais eleitos em 2018 são brancos, mesmo com um crescimento da representação dessa camada populacional em 5%<sup>71</sup>.

O mesmo fenômeno é percebido quando isolados outros estratos sociais, como as mulheres, que compreendem 51,6% da população brasileira<sup>72</sup>, contudo, apenas 15% da composição da Câmara dos Deputados eleita em 2018 é feminina<sup>73</sup>, ou ainda com os povos indígenas, cujos dados do IBGE e do Instituto Socioambiental podem apresentar sub-notação das amostras, em virtude da dificuldade de mensuração demográfica em determinadas regiões. Entretanto, em 2010, estimava-se uma população, entre as 240 etnias diferentes, de cerca de 896.917 pessoas<sup>74</sup>, ao passo que, no pleito de 2018, apenas uma Deputada indígena, Joênia Wapichana, foi eleita, sendo a primeira em 36 anos e a primeira mulher indígena<sup>75</sup>.

Com isso em mente, a matemática da probabilidade — rua de mão única — nos impõe que, inegavelmente, um sistema de democracia tómbola ajustaria a representação política proporcionalmente à realidade social divisa em segmentos sociais, com suas respectivas demandas, culminando naquela finalidade desse modelo de promover a igualdade da força democrática e, ao fim, em uma proporcionalidade matematicamente aleatória de oposições, múltiplas, obstando as sub-representações ou prevalências uniformes nesse sistema de democracia tómbola ou *gashapon*<sup>76</sup>.

<sup>68</sup> VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

<sup>69</sup> MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

<sup>70</sup> CAMPOS, Ana Cristina. População brasileira é formada basicamente de pardos e brancos, mostra IBGE. *Agência Brasil*, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-11/populacao-brasileira-e-formada-basicamente-de-pardos-e-brancos-mostra-ibge> Acesso em: 14 maio 2020.

<sup>71</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Número de deputados negros cresce quase 5%*. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564047-NUMERO-DE-DEPUTADOS-NEGROS-CRESCE-QUASE-5.html> Acesso em: 14 maio 2020.

<sup>72</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Quantidade de homens e mulheres*. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html> Acesso em: 14 maio 2020.

<sup>73</sup> VELASCO, Clara; OLIVEIRA, Leandro. G1. N° de mulheres eleitas se mantém no Senado, mas aumenta na Câmara e nas Assembleias. *G1*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml> Acesso em: 14 maio 2020.

<sup>74</sup> INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos indígenas do Brasil: quantos são?* Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos\\_s%C3%A3o%3F](https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F) Acesso em: 14 maio 2020.

<sup>75</sup> JOÊNIA Wapichana (Rede) é eleita a primeira mulher indígena para cargo na Câmara dos Deputados. *O Globo*, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/joenia-wapichana-rede-eleita-primeira-mulher-indigena-para-cargo-na-camara-dos-deputados-23138497> Acesso em: 14 maio 2020.

<sup>76</sup> Em analogia às máquinas de venda japonesas (ガシャポン), onde se obtêm objetos de modo aleatório, sem qualquer influência

Daí o encantamento com tal modelo, quer por teóricos neoliberais como Von Mises e Hayek, quer pelos críticos do neoliberalismo, como Slavoj Žižek, David Van Reybrouck e Kojin Karatani.

Altamente influenciado pelas teorias da comunicação neoliberal de Walter Lippmann, Hayek<sup>77</sup> refunda a ideia de democracia aleatória sob as bases neoliberais, na segunda metade do século XX, num modelo pensado para o mercado, diminuindo a atuação do Estado, por um sistema bicameral, algo que equivaleria à noção de Câmara dos Deputados e Senado, com subordinação hierárquica da primeira.

Na sua concepção, o modelo representativo deveria ser mantido para a primeira Câmara, ao passo que o modelo de sorteio, aleatório, seria adotado para o equivalente ao Senado. Implica que o modelo pensado por Hayek<sup>78</sup> não apresenta nenhuma finalidade de promoção da isonomia, pois se pauta numa trava para a aleatoriedade — a saber: os subjetivos critérios de meritocracia, fundada na probidade e na competência, criando ainda uma barreira de idade, ao recomendar que apenas pessoas acima de 45 até os 60 anos devem participar de tal sorteio, para um mandato de aproximadamente 15 anos.<sup>79</sup>

Hayek, como membro de um *think tank* — o que os neoliberais se especializaram em manter, enquanto centros de produção teórica vertidos aos interesses do capital e que apresentam um risco, como aduzido em Arendt e Kohout — parte do pressuposto de Lippmann da divisão da sociedade em castas, usando o modelo para consolidar o conceito do campo das significações de Lippmann, ou seja, um esquema piramidal em que o topo governa e restante da população é inapta para a política, relegada ao papel de espectador e consumidor, naquele “rebanho desorientado”<sup>80</sup>.

Nesse sentido, sua concepção tem vistas de reduzir o Estado ao mínimo, desencadeando um ciclo de privatizações, retirada da influência e regulação do Estado no setor econômico, culminando num modelo onde o Estado é incapaz de garantir o mínimo de proteção aos direitos sociais, pois visa ao oposto: criar os sacrifícios e um regime de exploração dos meios sociais de produção e consumo<sup>81</sup>.

Seria possível, então, repensar as concepções de democracia aleatória, antes de sua formulação *hayekiana*, evitando o óbice democrático da especulação pelos meios de significação, ou seja, pela formação do consenso pela intermediação social por imagens e a própria noção meritocrática?

Para Žižek<sup>82</sup>, a ideia da meritocracia na política, colocada como objeto central por Hayek<sup>83</sup>, trata-se de um traço que não tem a potencialidade de resolver os grandes dilemas da democracia. Ao contrário, o filósofo propõe a ruptura com o pensamento platônico, a respeito da noção de reis filósofos, pois a pressuposição da onisciência de um líder conduziu o século XX a ser a Era dos Governos Totalitários<sup>84</sup>, surgidos em movimento de oposição aos “Outros”, como personificações míticas da sapiência.

---

sobre os resultados que se atinge, *randomicamente*.

<sup>77</sup> HAYEK, F. A. *Law, legislation and liberty*. Londres: Routledge, 1998.

<sup>78</sup> HAYEK, F. A. *Law, legislation and liberty*. Londres: Routledge, 1998.

<sup>79</sup> HAYEK, F. A. *Law, legislation and liberty*. Londres: Routledge, 1998. p. 113.

<sup>80</sup> Para uma compreensão do pensamento neoliberal, a partir de uma refundação intelectual e do papel do colóquio Walter Lippmann, sugere-se: LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 35-187.

<sup>81</sup> É importante notar as percepções sobre o neoliberalismo e sua ameaça ao que se compreende por democracia, seja qual for o modelo, justamente pelas bases econômicas nas quais se funda a teoria. Nesse sentido é imprescindível ter em mente as considerações traçadas pelos seguintes autores: BROWN, Wendy. *Undoing Demos: neoliberalism's stealth revolution*. Nova Iorque: Zone Books, 2015; ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011; BOURDIEU, Pierre. Utopia of endless exploitation: the essence of neoliberalism. *Le Monde Diplomatique*, 1998. Disponível em: <https://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu>. Acesso em: 3 maio 2020.

<sup>82</sup> ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 127.

<sup>83</sup> HAYEK, F. A. *Law, legislation and liberty*. Londres: Routledge, 1998.

<sup>84</sup> O próprio Platão cedeu a uma forma de governo tirânico, quiçá, justamente por tal tipo de arquétipo. ARENDT, Hannah. Martin Heidegger faz oitenta anos. In: ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.



Desse modo, ao ruir a noção desse movimento opositivo, o próprio líder perde a posição de detentor da competência, por esse saber supremo, tornando-se para Žižek<sup>85</sup>, “um idiota como todo mundo”. Daí sua proposição de dissociação do Conhecimento em relação ao Mestre, num movimento de *anteviver* a catástrofe dos sistemas políticos no agora, ainda que estejam no campo do devir, de modo a agir preventivamente, com os devidos cuidados para não incidir noutras catástrofes como o foram o uso de tais ações na “guerra ao terror”.

Nessa órbita, para Žižek<sup>86</sup>, a contramão da ideia de um governo dos mais aptos está, na mesma proporção, na mesma moeda, ou seja, na defesa da retomada do modelo arcaico grego de democracia com a escolha por sorteio. Ao mencionar o modelo ateniense, Žižek deixa implícito, justamente, um sistema que, adaptado aos nossos moldes, submeteria os Poderes Legislativo e Judiciário ao processo de escolha aleatória daqueles que exercitarão o poder democrático, por lapso de tempo curto, pois o modelo ateniense visava evitar a concentração e/ou perpetuação do poder<sup>87</sup>.

Ainda, é necessário, continua o autor:

[...] abandonar é essa oposição enganosa entre atividade e passividade: a ideia de que, de certo modo, a única postura política verdadeiramente ‘autêntica’ é a de engajamento ativo permanente, de que a forma primordial de “alienação” é a postura passiva que transfere a atividade para o agente que supostamente me representa. O que se esconde por trás dessa ideia é o velho fascínio da esquerda pela democracia participativa “direta” (“soviets”, conselhos), em oposição à mera “representação”; na filosofia, Sartre analisou em sua *Crítica da razão dialética* como o engajamento ativo no grupo se petrifica na estrutura institucional *prático-inerte*. O teste principal de todo movimento emancipatório radical é, ao contrário, até que ponto ele transforma, no cotidiano, as práticas institucionais *prático-inertes* que passam a dominar quando acaba o fervor da luta e voltamos à vida normal. O sucesso de uma revolução não pode ser medido pelo terror sublime de seus momentos de êxtase, mas sim pelas mudanças que o grande Evento deixa no nível do cotidiano, do dia seguinte à insurreição.<sup>88</sup>

Para o filósofo japonês Kojin Karatani<sup>89</sup> o modelo da democracia aleatória guarda um ponto crucial da própria essência democrática:

the ancient democracy was established by overthrowing tyranny and equipped itself with a meticulous device for preventing tyranny from reviving. The salient characteristic of Athenian democracy is not a direct participation of everyone in the assembly, as always claimed, but a systematic control of the administrative power. The crux was the system of lottery: to elect public servants by lottery and to surveil the deeds of public servants by means of a group of jurors who are also elected by lottery. Interestingly, Perikles, who executed political reformation implementing this idea, later fell from power by the same system. My point is that the core of the system invented to stop the fixation of power in Athenian Democracy lay not in the election itself, but in the lottery. Lottery functions to introduce contingency into the magnetic power center. The point is to shake up the positions where power tends to be concentrated; entrenchment of power in administrative positions can be avoided by a sudden attack of contingency. It is only the lottery that actualizes the separation of the three powers. If universal suffrage by secret ballot, namely, parliamentary democracy, is the dictatorship of the bourgeoisie, the introduction of a lottery should be deemed the dictatorship of the proletariat.

Pelo entendimento de Karatani<sup>90</sup>, portanto, a ruptura com o modelo estabelecido e aprimorado pelas revoluções do capital poderia gerar o modelo igualitário vislumbrado por Marx, de devolução da ação aos atores sociais, bem como dos meios de produção e toda uma reestruturação por outras bases. É importante salientar, nesse ponto, que o marxismo de Karatani busca, justamente, aperfeiçoar as bases teóricas do materialismo histórico e dialético, e meios de revelação à consciência daquilo que não foi contemplado ou

<sup>85</sup> ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 127.

<sup>86</sup> ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 127.

<sup>87</sup> VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

<sup>88</sup> ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 128.

<sup>89</sup> KARATANI, Kojin. *Transcritique on Kant and Marx*. Cambridge: The MIT Press, 2003. p. 182-183.

<sup>90</sup> KARATANI, Kojin. *Transcritique on Kant and Marx*. Cambridge: The MIT Press, 2003.

antevisto por Marx, como o capitalismo japonês dos anos de 1960, imperial, e toda revolução tecnológica do século XX e XXI.

David Van Reybrouck<sup>91</sup>, defensor do mesmo modelo democrático por sorteios, narra, ainda, como a influência direta permitida pelos sorteios pode romper os estigmas existentes por força do modelo de representação, não sendo fidedigno aos anseios populares, como no caso da Irlanda, de modo a permitir ajustes no âmago da própria Constituição:

however, on 22 May 2015 the people of Ireland voted in a national referendum in favour of a change to the constitution that would allow gay marriage. The Yes camp received no less than 62% of the votes. The referendum was held after the Constitutional Convention recommended changing the constitution in this respect by a majority of 79%. I can think of no better example of how deliberative democracy can make a difference to practical reality. It was the first time anywhere in the world in modern times that a discussion among citizens chosen by lot led to an adjustment in a country's constitution.

Ao fim, é importante analisar com cautela alguns outros aspectos, especialmente considerando-se o implacável domínio do pensamento neoliberal, já internalizado no seio social e na psique individual. Parece-nos descabido a imposição de quaisquer cláusulas de barreira, como almejava Hayek, pois seu escopo é, meramente, o de dar continuidade à segmentação entre uma cúpula determinante e a maioria, determinada a ser espectadora do cenário político — com breves espasmos daquela vontade em não vontade — e consumidora, sujeita às excentricidades do capital, bem como pela preservação da natureza democrática. Igualmente, deve-se assegurar o direito de recusa aos cidadãos sorteados, caso não queiram exercer o cargo, promovendo-se novo sorteio.

No entanto, qualquer sistema aleatório deve ser universal e irrestrito, partindo da presunção de que todo cidadão é capaz de exercer a cidadania por si, o imediato oposto da presunção de Hayek. É pela força da *praxis* o melhor caminho para o cidadão, compreendido enquanto a figura do *homo faber*, capaz de fabricar não apenas mercadorias, numa visão estrita de domínio do capital, mas, preparado para ir além, apto a fabricar sua própria realidade social, de modo a se emancipar dos desígnios de uma estrutura sólida, que cisma em não desmanchar no ar.

Outro aspecto a ser estancado é a influência manipuladora, num cenário de democracia aleatória, não mais dos *lobbies*, mas da propaganda enquanto projeção de imagens e ideários inculcados de modo a beneficiar uma cúpula, na formação de consensos, de figuras míticas e demagógicas, de culto pessoal e no perene risco de ascensão de um *Führer*<sup>92</sup>. Desse modo é preciso, cada vez mais, distinguir a transparência da propaganda e dos meios de comunicação.

Dois outros aspectos modernos que podem surgir como barreiras para um funcionamento da democracia por sorteio se apresentam sob os riscos da ausência de um projeto ou plano para o período, ainda que curto, de um ano, vertendo-se no mero atendimento das convicções pessoais. Contudo, esse talvez seja o aspecto inerente da manutenção de um clima de revolução constante, tal qual a própria sociedade o é, em constante movimentação e mutação. Ainda, o risco de um processo de endeusamento dos escolhidos aleatoriamente, o que pode formar justamente o oposto do que se pretende, a arrebatá-la a isonomia, substituindo-a por um culto pessoal daqueles agraciados pela sorte, ainda que não suscetíveis de reeleição, na mentalidade ocidental isso pode gerar privilégios sociais incompatíveis com a essência ateniense de desconcentrar o poder onde se ache demasiado.

Por outro lado, ao ponderar os aspectos positivos de um sistema aleatório, percebe-se, facilmente, a erradicação da delimitação da política num tempo específico, um *tempo da política*<sup>93</sup>, marcado pelos comícios, pela segmentação das facções políticas opostas e pela insuflação do palanque oposto como inimigo.

<sup>91</sup> VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

<sup>92</sup> O termo alemão tem o mesmo significado do grego, demagogo, condutor do povo.

<sup>93</sup> PALMEIRA, Moacir; HERADIA, Beatriz M. Alasia. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010. p. 29.

Isto por razão de que, num sistema aleatório, a política deixa de ser convertida num espetáculo sazonal demarcado pelo início dos comícios, período em que, de súbito, o consumidor-espectador se converte em eleitor, pois a lógica grega de alternância entre governantes e governados se erige sob um estado generalizado de estar pronto ao exercício efetivo, não limitado ao mero espasmo de escolher alguém para não mais escolher os rumos de governo dali até o próximo *tempo da política*.

Outro aspecto que se mostra potencialmente eliminado num cenário de sorteio, para brevíssimos períodos de governo, reside na impossibilidade do *lobby* e nas trocas de benefícios em razão do vínculo criado no *tempo da política*, pelo financiamento da campanha, consoante Nunes e Anastasia<sup>94</sup>, o que se converte num investimento com feições *privalísticas*.

Ainda, resguarda em sua essência a virtual capacidade de retirada do cenário político da figura do demagogo contemporâneo, como visto em Reybrouck<sup>95</sup>, que se aproveita da ineficiência sistemática, autodeclarando-se a solução, bem como reduzindo o alcance e os efeitos da propaganda com fins de segmentação entre castas de governantes e de governados, uma vez que a aleatoriedade obsta a noção da exata proporção sujeita ao campo dos signos, por estes determinados, inconscientemente.

Há de se observar, contudo, conforme já asseverado, a ausência de barreiras, sendo sujeitos ao sorteio todo cidadão, no gozo de seus direitos políticos.

Um modelo, tal qual imaginado por Aristóteles, na busca pelo melhor dos dois mundos, considerando a fragmentação dos poderes tal qual a encontramos, fundada em Montesquieu, não encontraria maiores empecilhos nas Leis Fundamentais daqueles países onde, combinada ou alternativamente, resta expressa a possibilidade de exercício do poder diretamente, como no caso específico do Brasil<sup>96</sup>. Isso, pois, tomando-se por premissa a manutenção do sistema representativo, pensado enquanto democracia participativa, no contexto do Poder Executivo, e o sistema aleatório, combinado, voltado ao Poder Legislativo e Judiciário.

Desde a exposição de Karatani<sup>97</sup> percebe-se que a sistemática aleatória se cuidava de válvula de segurança do modelo democrático ateniense, servindo de ferramenta protetiva inclusive contra seu próprio instituidor, ao menor indício de um caminhar autocrático, uma vez que, conforme perceptível na historiografia política, a ascensão totalitária pela via democrática não pode ser desconsiderada, como no notório exemplo da Alemanha nazista.

Por fim, evidencia-se necessária uma melhor verificação do funcionamento e correção de falhas teóricas e funcionais, inclusive a documentação de ocorrência ou não das hipotéticas barreiras, a carecer de experimentação empírica do modelo, considerando-se não haver grandes aplicações práticas do modelo atualmente, devendo os testes ser realizados no mesmo contexto a ser aplicar, apenas em menor escala, pois assim, a análise se sujeita à incidência das características regionais, afastando-se uma noção de soluções universais. Para verificação da *tangibilidade*, indica-se a inevitabilidade de zonas experimentais, que se sugere em pequenos municípios, com a documentação minuciosa para posterior *reanálise* dos dados produzidos, permitindo ajustes.

<sup>94</sup> NUNES, Felipe; ANASTASIA, Fátima. A reforma da representação. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

<sup>95</sup> VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

<sup>96</sup> Conforme o parágrafo único do artigo 1º da Constituição brasileira: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: [http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_26.02.2015/art\\_1\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.02.2015/art_1_.asp) Acesso em: 2 jun. 2020.

<sup>97</sup> KARATANI, Kojin. *Transcritique on Kant and Marx*. Cambridge: The MIT Press, 2003. p. 182-183.

## 4 Considerações finais

O debate em torno da adoção do sistema aleatório para a composição do corpo de representantes nas democracias contemporâneas, em que pese ser pouco reverberado, nunca deixou de ser analisado pelos pesquisadores que se dedicam ao tema<sup>98</sup>.

A instabilidade democrática, a cooptação da democracia pelas forças do mercado e a crise de legitimidade, espectros que rondam constantemente o tema, impõe ao estudioso reflexões que buscam, em alternativas, sejam elas historicamente identificáveis ou efetivamente inéditas, oportunidades para, sobretudo, revigorar os regimes democráticos, que, aparentemente, apresentam-se em crise ao redor do mundo há mais de meio século.

A proposição de aleatoriedade, vinda de ambos os espectros ideológicos, representa, em diversos momentos, mais uma proposta hipotética, curiosidade acadêmica ou mera *memorabilia*. A simples restrição irrefletida em debater o tema com a seriedade que lhe convém pode ter sua origem identificada em diversas fontes. Não importa.

Causa-nos espanto observar que a verificação teórica das enormes fragilidades dos sistemas democráticos contemporâneos oferece-nos, majoritariamente, estudos diagnósticos em torno do objeto. Este é um passo muito conservador para a academia, comprometida com a formulação de novas perspectivas para a sociedade em que está inserida.

Como reação a esse estado das coisas, nosso estudo pretende, sobretudo, oferecer uma introdutória oportunidade de discutirmos uma possível proposição, um caminho, uma íngreme alameda, que, por mais complexa que possa parecer, é claramente exequível e nos auxilia, sobretudo, na difícil tarefa de avançarmos do estado latente que a falência democrática parece nos ter relegado.

A adoção desse caminho representa a escolha consciente por uma atitude intelectual radical, qual seja, aquela comprometida com a raiz, a essência da produção do conhecimento. Nesse sentido, o modelo aleatório aqui apresentado simboliza a mesma postura, agora em diálogo com a democracia.

Ao termo, pode-se constatar que a hipótese da democracia aleatória, no passado e, quiçá, no presente, guarda elementos indicativos bastantes para servir como potencial ferramenta de segurança das próprias democracias, com usos multifacetados e suficientes para justificar ensaios empíricos, até mesmo para verificação ou refutação dos óbices e potencialidades apontados nas vozes da academia que se aventuram naquelas searas.

Desde os confrontos da revisão bibliográfica e documental, é possível vislumbrar que a aleatoriedade pode potencializar a representação e, igualmente, desconstruir noções dicotômicas, a influência da propaganda, da força determinante do capital e de forças coloniais, propiciando formações democráticas tão diversificadas e plurais como a própria sociedade em que se insere, dada a força imperativa da matemática conferindo igual e proporcional chance independentemente de outras forças influenciadoras, mostrando grande potencial de reduzir, drasticamente, a formação de unidades majoritárias ou castas dominantes, tal qual sua aplicação arcaica.

Eventuais aspectos positivos e negativos, ainda que possam ser cogitados abstratamente, carecem de verificação prática, ainda que haja indícios relatados, demandando teste prévio e documentação, lidos à luz da realidade social e de modo regionalizado, de acordo com aspectos sociais e culturais locais, de modo a se evitar a universalização de conceitos, devendo, desde a documentação, serem submetidos à reanálise para verificação da confirmação ou não das muitas hipóteses, positivas e negativas, suscitadas por meio dos séculos. Este é um desafio que, entendemos, as sociedades políticas deveriam assumir em prol de si mesmas.

<sup>98</sup> No Brasil, indica-se: MIGUEL, Luis Felipe. Sorteios e representação democrática. *Lua Nova*, São Paulo, n. 50, p. 69-96, 2000.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ARENDDT, Hannah. Martin Heidegger faz oitenta anos. In: ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.
- ARENDDT, Hannah. *On violence*. Nova Iorque: Harvest/HBJ Book, 1970.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ARISTÓTELES. *A Política*. Belo Horizonte: Vega, 1998. p. 80. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/549/o/2014Aristoteles\\_Politica\\_-1.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/549/o/2014Aristoteles_Politica_-1.pdf) Acesso em: 7 maio 2020.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito*. Buenos Aires: Montessor, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. Utopia of endless exploitation: the essence of neoliberalism. *Le Monde Diplomatique*, 1998. Disponível em: <https://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu> Acesso em: 3 maio 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Número de deputados negros cresce quase 5%*. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564047-NUMERO-DE-DEPUTADOS-NEGROS-CRESCE-QUASE-5.html> Acesso em: 14 maio 2020.
- BROWN, Wendy. *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro: Zazie, 2018.
- BROWN, Wendy. *Undoing Demos: neoliberalism's stealth revolution*. Nova Iorque: Zone Books, 2015.
- CAMPOS, Ana Cristina. População brasileira é formada basicamente de pardos e brancos, mostra IBGE. *Agência Brasil*, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-11/populacao-brasileira-e-formada-basicamente-de-pardos-e-brancos-mostra-ibge> Acesso em: 14 maio 2020.
- CENTRE FOR THE FUTURE OF DEMOCRACY. *Global Satisfaction with Democracy 2020*. 2020. Disponível em: [https://www.cam.ac.uk/system/files/report2020\\_003.pdf](https://www.cam.ac.uk/system/files/report2020_003.pdf) Acesso em: 16 set. 2020.
- CHOMSKY, Noam. *Media control: the spectacular achievements of propaganda*. Nova Iorque: Seven Stories Press, 1997.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- DAHL, Robert. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- DEBÓRD, Guy. *The society of the spectacle*. Nova Iorque: Zone Books, 1995.
- DESILVER, D. Despite global concerns about democracy, more than half of countries are democratic. *Pew Research Center*, 2017. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/05/14/more-than-half-of-countries-are-democratic/> Acesso em: 16 set. 2021.
- DUSSEL, E. D. *Filosofia da libertação na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977.
- ECO, Umberto. *Tratado de semiótica general*. Barcelona: Lúmen, 2000.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GUESS, A. M. *et al.* A digital media literacy intervention increases discernment between mainstream and false news in the United States and India. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 117, n. 27, p. 15536–15545, jul. 2020.

HAYEK, F. A. *Law, legislation and liberty*. Londres: Routledge, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Quantidade de homens e mulheres*. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html> Acesso em: 14 maio 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Povos indígenas do Brasil: quantos são?* Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos\\_s%C3%A3o%3F](https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F) Acesso em: 14 maio 2020.

JOÊNIA Wapichana (Rede) é eleita a primeira mulher indígena para cargo na Câmara dos Deputados. *O Globo*, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/joenia-wapichana-rede-eleita-primeira-mulher-indigena-para-cargo-na-camara-dos-deputados-23138497> Acesso em: 14 maio 2020.

KARATANI, Kojin. *Transcritique on Kant and Marx*. Cambridge: The MIT Press, 2003.

KERCKHOVE, Derick. Da democracia à ciberdemocracia. In: DI FELICE, Massimo (org.). *Do público para as redes*. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEVITSKY, Steven; ZIBLAT, Daniel. *Como as democracias morrem*. São Paulo: Zahar, 2018.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NUNES, Felipe; ANASTASIA, Fátima. A reforma da representação. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

PALMEIRA, Moacir; HERADIA, Beatriz M. Alasia. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.

PERSILY, Nathaniel. The 2016 U.S. election: can democracy survive the internet? *Journal of Democracy*, v. 28, n. 2, p. 63-76, abr. 2017.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. São Paulo: Zahar, 2019.

VAN REYBROUCK, David. *Against elections: the case for democracy*. Londres: Penguin Random House/Vintage Digital, 2016.

VELASCO, Clara; OLIVEIRA, Leandro. G1. N° de mulheres eleitas se mantém no Senado, mas aumenta na Câmara e nas Assembleias. *G1*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml> Acesso em: 14 maio 2020.

WALLERSTEIN, I. M. *Universalismo europeu: el discurso del poder*. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

WEBER, Max. A política como vocação. In: WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

---

## Agradecimentos

Os autores agradecem, sinceramente, aos revisores pelo cuidadoso trabalho realizado. As sugestões propostas, as indicações bibliográficas sugeridas e, sobretudo, as indagações realizadas, contribuiram, de forma essencial, para que este texto pudesse ser objeto de uma nova reflexão e discussão por parte dos autores. As mudanças e/ou a manutenção de pontos apontados pelos revisores aos autores são opções conscientes destes.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico [www.rbpp.uniceub.br](http://www.rbpp.uniceub.br)  
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.